

Reunião deve buscar saída política

Acapulco — A reunião de cúpula dos oito presidentes da região, que se inicia hoje em Acapulco, é o primeiro passo decisivo para um entendimento político na América Latina, de acordo com os chefes de Estado presentes ao encontro.

Segundo o presidente peruano Alan Garcia, a reunião representa simbolicamente a continuidade dos esforços de integração política iniciados por Simon Bolivar, e deverá permitir um fortalecimento da posição negociadora da região em busca de soluções para os problemas regionais.

Afetada pelo subdesenvolvimento, reduzida ao papel de supridora de matérias-primas, cujo preço foge totalmente a seu controle, e freada em seu crescimento pela insuportável carga de sua dívida externa, a América Latina não soube aproveitar seu potencial negociador para buscar saídas, assinalou recentemente um grupo de especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

De acordo com um informe do grupo, encabeçado pelo ex-ministro da Economia argentino Aldo Ferrer, a reunião de Acapulco deveria insistir num diálogo político para soluções a longo prazo sobre os problemas da dívida e do comércio e estar preparada para

adotar medidas unilaterais no caso dos países credores continuarem fugindo de uma negociação conjunta.

Advertência

Ainda que os chanceleres dos oito países tenham antecipado não ter esperanças de medidas extraordinárias como, por exemplo, uma moratória conjunta, o argentino Dante Caputo disse ser necessária uma advertência "com mais força que outras vezes" sobre a necessidade de modificar os termos de serviço da dívida. Os oito países presentes ao encontro possuem uma dívida externa conjunta de 380 bilhões de dólares, ou seja, 80% da dívida latino-americana.

Os esforços de ajuste seguidos desde 1982, sob a batuta do Fundo Monetário Internacional, e os contratos negociados com a intervenção dos países industrializados somente conduziram a uma maciça transferência de recursos para seus credores, que, entretanto, não restabeleceram seus créditos para a região. Não apenas os governos latino-americanos, mas também especialistas dos Estados Unidos, o maior país credor, reconheceram que a estratégia seguida até o momento não deu resultados.

Alfred Reifman, principal economista do Serviço de In-

quérito do Congresso dos EUA, afirmou recentemente que a estratégia apenas serviu para preservar a solvência dos bancos norte-americanos, ao preço de atrasar em uma década os ingressos per capita da maioria dos países devedores.

Momento propício

A menos que a América Latina, o "continente da dívida", consiga negociar uma redução da carga de seus pagamentos externos, "não parece provável" que possa reiniciar seu crescimento econômico e manter em dia o pagamento de juros, concluiu um informe divulgado na semana passada pelo comitê econômico conjunto do Congresso dos Estados Unidos. Essa advertência vem sendo reiterada desde 1984 pelos governos latino-americanos, e ignorada pelos credores.

Entretanto, a última crise de confiança na economia internacional, que em outubro passado sacudiu as Bolsas de Valores do mundo, parece ter criado o momento propício para renovar os esforços para uma solução a longo prazo da questão da dívida externa. Contudo, esse terremoto financeiro enfatizou a interdependência da economia mundial, da qual a América Latina passou a ser uma peça-chave.